

POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE CURRÍCULO: CONSERVADORISMO, PROGRESSISMO E A NEUTRALIDADE DA EDUCAÇÃO

CONTEMPORARY CURRICULUM POLICIES: CONSERVATISM, PROGRESSIVISM AND THE NEUTRALITY OF EDUCATION

 <https://doi.org/10.63330/armv1n5-008>

Submetido em: 13/07/2025 e Publicado em: 16/07/2025

Edmilton Amaro da Hora Filho

Doutor em Educação, UFPE

E-mail: edmiltonamarodahorafilho@gmail.com

LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4933465694751176>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7586-7643>.

RESUMO

As políticas contemporâneas de currículo revelam que o currículo escolar não é neutro, sendo historicamente moldado por interesses hegemônicos. As abordagens pós-críticas ressignificam essa perspectiva ao posicionar o currículo como um campo simbólico, onde disputas culturais e políticas se manifestam. Essas teorias compreendem a educação como espaço de construção de identidades e valorização da diversidade, rompendo com a dicotomia entre cultura erudita e cultura popular. Nesse contexto, defendem-se práticas curriculares que integrem os saberes de grupos historicamente marginalizados, como indígenas, quilombolas, população negra, LGBTQIAPN+ e mulheres. No cenário normativo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se apresenta como um instrumento central das políticas educacionais brasileiras. De caráter obrigatório, a BNCC define aprendizagens essenciais comuns a todos os estudantes, mas respeita a autonomia dos sistemas de ensino na elaboração da parte diversificada do currículo. Estruturada em competências e valores, ela visa à formação integral e à promoção de uma educação democrática e inclusiva. A construção de um currículo que dialogue com as pluralidades sociais e combata desigualdades exige a articulação entre as dimensões legais, culturais e políticas da educação, destacando a importância da crítica e da participação ativa na elaboração de propostas curriculares mais equitativas.

Palavras-chave: Currículo; Abordagens pós-críticas; Diversidade cultural; BNCC.

ABSTRACT

Contemporary curriculum policies reveal that the school curriculum is not neutral and is historically shaped by hegemonic interests. Post-critical approaches re-signify this perspective by positioning the curriculum as a symbolic field, where cultural and political disputes manifest themselves. These theories understand education as a space for building identities and valuing diversity, breaking with the dichotomy between erudite culture and popular culture. In this context, they advocate curricular practices that integrate the knowledge of historically marginalized groups, such as indigenous peoples, quilombolas, the black population, LGBTQIAPN+ and women. In the regulatory scenario, the National Common Curriculum Base (BNCC) is a central instrument of Brazilian educational policies. Mandatory in nature, the BNCC defines essential learning that is common to all students, but respects the autonomy of education systems in drawing up the diversified part of the curriculum. Structured around competences and values, it aims to provide comprehensive education and promote a democratic and inclusive education. The construction of a curriculum that dialogues with social pluralities and combats inequalities requires articulation between the legal, cultural and political dimensions of education, highlighting the importance of criticism and active participation in the development of more equitable curricular proposals.



Keywords: Curriculum; Post-critical approaches; Cultural diversity; BNCC.



1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre o currículo na educação básica brasileira tem ganhado centralidade nas últimas décadas, especialmente diante da ampliação do debate sobre justiça social, diversidade e equidade nas políticas educacionais. Tradicionalmente, o currículo escolar foi concebido como um instrumento técnico, neutro e universal. Contudo, as abordagens pós-críticas problematizam essa concepção ao evidenciar que o currículo é, na verdade, um campo de disputas simbólicas, atravessado por relações de poder e por interesses específicos que, muitas vezes, favorecem a reprodução da cultura das classes dominantes.

Autores como Tomaz Tadeu da Silva, Antonio Flávio Moreira e Paulo Freire destacam que o currículo desempenha papel fundamental na construção de identidades, na legitimação de determinados saberes e na exclusão de outros. Sob essa ótica, o currículo não deve se restringir à transmissão de conteúdos padronizados, mas deve ser compreendido como prática cultural e política, que se expressa na seleção do que se ensina e do que se ignora. A valorização dos saberes de grupos historicamente marginalizados – como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população negra, LGBTQIAPN+ e as mulheres – representa um avanço significativo rumo à construção de uma educação mais plural e democrática.

No plano normativo, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter obrigatório que organiza as aprendizagens essenciais da educação básica. Apesar de propor uma base comum, a BNCC reconhece a diversidade regional e cultural do país, permitindo que os sistemas de ensino elaborem uma parte diversificada do currículo em diálogo com as realidades locais. Com isso, a BNCC se torna um instrumento estratégico para o fortalecimento da educação como direito social, alinhando-se aos princípios constitucionais e aos objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Neste cenário, as políticas contemporâneas de currículo assumem papel estratégico na promoção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão, o reconhecimento das diferenças e a superação das desigualdades históricas. Refletir sobre o currículo implica, portanto, questionar quem decide o que deve ser ensinado e com quais finalidades. Esse debate é essencial para a consolidação de uma escola democrática, comprometida com a formação integral dos sujeitos e com a transformação social.

Desenvolvemos este trabalho com a intenção de analisar as políticas contemporâneas de currículo à luz das abordagens pós-críticas, destacando a importância da BNCC na construção de uma educação democrática, plural e inclusiva. Para isso, discutimos as contribuições das teorias pós-críticas para a compreensão do currículo como prática cultural e política.

2 METODOLOGIA

A presente investigação foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, com ênfase em procedimentos bibliográficos. Esse percurso metodológico está alinhado à proposta de interpretar criticamente os significados atribuídos ao currículo escolar na contemporaneidade, compreendendo-o como



expressão de disputas ideológicas, culturais e políticas. A pesquisa bibliográfica, conforme orientações metodológicas clássicas, consistiu na consulta e análise de materiais previamente publicados, tais como livros, artigos científicos, legislações e documentos educacionais oficiais, utilizados como suporte teórico para a discussão proposta.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que envolve elementos simbólicos, culturais e discursivos. Essa perspectiva permite acessar os sentidos atribuídos às políticas curriculares e compreender os diferentes projetos formativos que disputam espaço na escola, especialmente no que se refere às tensões entre perspectivas conservadoras e progressistas no campo educacional.

A construção do corpus teórico envolveu a seleção de autores reconhecidos no debate sobre o currículo e suas dimensões sociopolíticas, com destaque para pensadores vinculados às abordagens pós-críticas, como Tomaz Tadeu da Silva, Antonio Flávio Moreira e Paulo Freire. Além disso, foram incorporados à análise documentos normativos fundamentais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esta última instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2017.

A análise dos dados consistiu na leitura interpretativa e reflexiva dos textos selecionados, com o intuito de relacionar os fundamentos teóricos às diretrizes curriculares vigentes e às disputas simbólicas que permeiam a organização do currículo escolar. A partir dessa articulação, buscou-se evidenciar os desafios contemporâneos para a efetivação de uma proposta curricular comprometida com a equidade, a diversidade e a construção de uma educação democrática e emancipadora.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observar o fenômeno educacional sob uma perspectiva política, torna-se evidente a presença de uma dicotomia estrutural: de um lado, a tendência à manutenção da ordem social estabelecida; de outro, o impulso por transformações sociais. A educação, nesse sentido, apresenta-se como um campo tensionado por essas forças — ao mesmo tempo conservadora e progressista.

Por um lado, a educação consiste na transmissão de valores, saberes e tradições de uma geração para outra, o que a torna, em essência, um processo de preservação cultural. Como prática social, ela promove a continuidade dos costumes e das estruturas sociais de uma determinada época. Por outro lado, é justamente no ambiente educacional que ocorrem mudanças significativas, impulsionadas pelo avanço do conhecimento, da ciência e das novas formas de pensar o mundo.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.(BRASIL, 1988, art. 205).



Complementando esse dispositivo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) afirma que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”(BRASIL, 1996, art. 1º, §2º).

Assim, a educação também se apresenta como instrumento de transformação, capaz de questionar e reformular valores, crenças e instituições. Desta forma,

Não há educação neutra. A educação funciona como instrumento que é utilizado para facilitar a integração das gerações mais novas na lógica do sistema atual e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a prática da liberdade, o meio pelo qual homens e mulheres lidam crítica e criativamente com a realidade e descobrem como participar da transformação do seu mundo.(FREIRE, 1987, p. 74).

Historicamente, é possível identificar momentos em que a educação foi mobilizada para romper paradigmas. O Iluminismo e a Revolução Francesa, por exemplo, no século XVIII, representaram marcos fundamentais nesse sentido. Ao desafiar a centralidade da Igreja como única fonte de saber e ao promover a racionalidade humana como critério de verdade, essas correntes filosóficas abriram espaço para o surgimento de ideias progressistas, que passaram a defender a educação como direito universal.

Desde então, o campo educacional tem sido atravessado por duas grandes correntes ideológicas: o conservadorismo e o progressismo. O pensamento conservador preza pela manutenção das instituições tradicionais, como a família, a comunidade local e a religião, valorizando a estabilidade social e a preservação de valores morais e culturais. No entanto, é importante destacar que os valores conservadores não são estáticos; eles variam de acordo com o tempo e o contexto. O conservadorismo no período colonial brasileiro, por exemplo, possui características distintas do conservadorismo contemporâneo, embora ambos compartilhem a defesa da ordem e da tradição.

No cenário brasileiro atual, o conservadorismo se manifesta, em linhas gerais, na defesa de valores cristãos e de ideais liberais. Embora seja difícil definir um pensamento político conservador homogêneo, é possível identificar certos elementos comuns, como a valorização da ordem social e da moralidade, a defesa do liberalismo político e econômico, e a crença de que a igualdade jurídica e política é suficiente para garantir as oportunidades sociais — ignorando, portanto, as desigualdades estruturais.

Em contrapartida, o pensamento progressista baseia-se na ideia de que é necessário evoluir continuamente, superando as condições anteriores em busca de melhorias sociais. A noção de progresso, conforme Norberto Bobbio (2000),



O progresso pode ser definido como a ideia de que o curso das coisas – especialmente da civilização – segue um movimento gradual de crescimento do bem-estar ou da felicidade. (BOBBIO, 2000, p. 381).

Assim, o pensamento progressista pode ser entendido como a crença de que a trajetória da civilização caminha, gradualmente, em direção a maiores níveis de bem-estar e felicidade. Essa concepção de progresso está enraizada na razão, no conhecimento científico e no ideal de emancipação humana, valores herdados do Iluminismo.

O progressismo defende, entre outros princípios, a separação entre religião e Estado, a valorização da democracia, a ampliação dos direitos humanos e sociais, e o combate às desigualdades. Com o tempo, esse campo político passou a incorporar novas lutas sociais, como os movimentos negro, feminista e LGBTQIAPN+, reconhecendo a importância da diversidade e da inclusão na construção de uma sociedade mais justa.

Toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica, e ocorre não apenas no âmbito das relações sociais amplas, mas também nas relações da vida cotidiana. A escola, nesse contexto, é um instrumento de direção cultural, que pode servir tanto à conservação da ordem vigente quanto à sua superação. (GRAMSCI, 2001, p. 75).

Portanto, a educação não é neutra. Ela reflete e, ao mesmo tempo, influencia os embates entre diferentes projetos de sociedade. Ao se posicionar entre a preservação e a mudança, entre o conservadorismo e o progressismo, a educação revela seu papel essencial na disputa por sentidos, valores e direitos.

3.1 NOTAS SOBRE A NEUTRALIDADE DO CURRÍCULO ESCOLAR

O currículo escolar, em sua essência, não é neutro. Ele reflete interesses específicos e, de modo geral, serve aos propósitos da classe dominante. Antes de adentrarmos nas políticas contemporâneas de currículo, é fundamental apresentar uma breve discussão sobre as abordagens pós-críticas, que contribuem significativamente para repensar o papel do currículo na educação básica.

A teoria pós-crítica do currículo parte da ideia de que ele não pode ser compreendido como algo neutro, técnico ou desinteressado. O currículo está profundamente envolvido na construção de identidades, na produção de subjetividades e na representação de culturas. Ao selecionar conteúdos, o currículo define o que deve ser aprendido, por quem, como e por quê. (SILVA, 1999, p. 15)

Desta forma, as teorias pós-críticas do currículo atribuem centralidade à cultura, compreendendo o currículo como um espaço de significados e disputas simbólicas, onde a linguagem assume papel fundamental. Conforme destaca Raymond Williams, é imprescindível reconhecer a relevância das experiências vividas por diferentes grupos culturais, além de romper com a dicotomia entre cultura erudita



e cultura popular. A partir dessa perspectiva, não há culturas mais legítimas do que outras no espaço escolar: todas possuem valor e devem ser consideradas no processo educativo. De acordo com Freire(1996),

A escola precisa ser um espaço de inclusão e de diálogo entre os diferentes saberes, inclusive os saberes populares, que fazem parte da vida concreta dos alunos. Não é possível pensar uma educação libertadora sem considerar as culturas, as histórias e as identidades dos oprimidos. O currículo deve ser construído a partir da realidade dos educandos e não imposto como uma verdade única. (FREIRE, 1996, p. 45)

Nesse sentido, o currículo precisa incluir, além do conhecimento científico sistematizado, os saberes e práticas de grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas, as comunidades quilombolas, a população negra e os sujeitos LGBTQIAPN+. Reconhecer essas culturas no currículo é uma forma de reparação histórica e de enfrentamento às desigualdades estruturais presentes na sociedade.

Compreender o currículo como um campo de lutas é reconhecer que ele não deve se limitar à reprodução de conhecimentos tradicionais, mas abrir espaço para o diálogo entre diferentes saberes. A perspectiva multiculturalista parte da ideia de que não existe uma cultura universal. Sempre que uma cultura é imposta como universal, trata-se, na verdade, da cultura das elites ou das classes dominantes. O currículo multicultural, portanto, vai além da mera tolerância ou do respeito às diferenças: ele busca problematizar as relações sociais marcadas por assimetrias de poder.

O currículo não é uma simples listagem de conteúdos ou habilidades. Ele é uma construção social, histórica e política que traduz relações de poder e de saber. Como tal, o currículo é um campo de disputas no qual determinados conhecimentos, valores e práticas são legitimados enquanto outros são desvalorizados, silenciados ou excluídos.(MOREIRA; SILVA, 2002, p. 16)

Nesse contexto, são incorporados ao debate curricular temas como os estudos de gênero, as teorias feministas e as abordagens Queer. Importa salientar que os estudos de gênero não se restringem à análise da condição feminina, mas propõem uma crítica ampla à ausência e à sub-representação das mulheres na ciência, na história e na sociedade. Ao integrar essas discussões ao currículo, promove-se uma formação crítica e emancipatória, que reconhece e valoriza a diversidade de sujeitos, saberes e experiências.

3.2 DOCUMENTOS NORMATIVOS DO CURRÍCULO BRASILEIRO: ENFOQUE NA BNCC

No contexto das políticas educacionais brasileiras, é essencial compreender os principais documentos que regulam e orientam o currículo escolar. De acordo com o ordenamento jurídico nacional, destacam-se a Constituição Federal de 1988, que garante o direito à educação como um direito social (art. 205 a 214), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), que organiza a estrutura da educação nacional.



Entretanto, quando se trata da normatização do currículo escolar propriamente dito, o documento central é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Instituída pela Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a BNCC é um documento de caráter normativo, ou seja, sua adoção é obrigatória para todas as escolas das redes pública e privada do país, abrangendo as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

É importante destacar que a BNCC não é o currículo em si, mas sim o documento que define a parte comum obrigatória dos currículos em todo o território nacional. Essa parte comum compreende as aprendizagens essenciais que todos os estudantes têm direito de desenvolver. A BNCC afirma:

A Base Nacional Comum Curricular é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. (BNCC, 2017, p. 7)

Paralelamente à parte comum, cada sistema de ensino tem autonomia para elaborar a parte diversificada do currículo, considerando as especificidades regionais, culturais, históricas e sociais. Essa articulação visa respeitar a pluralidade do país, permitindo que o currículo dialogue com as realidades locais, ao mesmo tempo em que assegura uma base comum de direitos de aprendizagem.

A BNCC organiza essas aprendizagens essenciais a partir de dois eixos conceituais: o primeiro compõe a sigla C.H.A.V. — Conhecimentos, Habilidades, Atitudes e Valores — e o segundo a sigla M.A.I., que se refere às competências que mobilizam, articulam e integram esses elementos. Essa abordagem busca garantir uma formação integral, que vá além da mera transmissão de conteúdos, promovendo o desenvolvimento de competências e habilidades para a vida em sociedade.

Ainda segundo o documento:

As dez competências gerais da BNCC traduzem os princípios e valores que fundamentam a Educação Básica, orientando a construção dos currículos e as práticas pedagógicas com vistas à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (BNCC, 2017, p. 8)

Dessa forma, a BNCC está fundamentada em três grandes finalidades da educação básica, conforme já estabelecido no artigo 2º da LDB, e reafirmadas no próprio texto da base: “*O pleno desenvolvimento do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.*” (BNCC, 2017, p. 8)

A BNCC também se apresenta como uma referência nacional obrigatória para todas as instituições escolares — sejam elas públicas ou privadas — nos âmbitos municipal, estadual e distrital. Nesse sentido:

A BNCC contribui para a superação da fragmentação das políticas educacionais e para o fortalecimento do regime de colaboração entre os sistemas de ensino, além de balizar a qualidade da educação nacional. (BNCC, 2017, p. 9)



Para isso, sua implementação visa superar a histórica fragmentação das políticas educacionais no Brasil, promovendo a articulação entre os entes federativos e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação oferecida em todo o país.

4 CONCLUSÃO

A análise do embate entre conservadorismo e progressismo no campo educacional evidencia que a escola não é um espaço neutro, mas sim um território de disputas ideológicas, onde se travam batalhas por diferentes projetos de sociedade. A tentativa de mascarar essas tensões por meio de discursos que defendem uma educação “sem ideologia” ou “neutra” revela uma estratégia de silenciamento da diversidade, de manutenção da ordem social e de negação da dimensão crítica da educação.

Ao longo do tempo, as correntes conservadoras buscaram preservar estruturas sociais, morais e religiosas herdadas da tradição, restringindo os conteúdos e as abordagens pedagógicas a uma visão unilateral de mundo. Em contrapartida, o pensamento progressista, com raízes no Iluminismo e no ideal emancipatório, propõe uma educação voltada à transformação da realidade, à valorização da diversidade e ao fortalecimento da cidadania.

As bases legais brasileiras — especialmente a Constituição de 1988 e a LDB — apontam para uma educação democrática, plural e comprometida com os direitos humanos. Contudo, a efetivação desses princípios ainda esbarra em desafios estruturais, como o desmonte de políticas públicas, a precarização das condições escolares e a ofensiva de setores que pretendem reduzir a educação a um instrumento de reprodução social.

Conclui-se, portanto, que reconhecer a natureza política da educação é condição essencial para promover práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a equidade e a formação integral dos sujeitos. A defesa de uma escola pública, laica, inclusiva e crítica deve ser compreendida não como escolha ideológica isolada, mas como compromisso com a democracia e com o direito de todos à dignidade e ao conhecimento.

As políticas curriculares contemporâneas no Brasil refletem uma profunda transformação na forma de conceber o currículo escolar. Ao romper com a ideia de neutralidade e reconhecer o currículo como espaço de disputa, as abordagens pós-críticas permitem o fortalecimento de uma prática educativa que valoriza a diversidade cultural e combate as desigualdades estruturais.

A Base Nacional Comum Curricular, nesse cenário, representa um marco regulatório importante, pois define diretrizes comuns a todo o território nacional, ao mesmo tempo em que reconhece a autonomia dos sistemas de ensino na elaboração da parte diversificada dos currículos. No entanto, a efetivação de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva exige que o currículo vá além das normas e se concretize nas práticas pedagógicas cotidianas.



Incorporar os saberes de sujeitos historicamente invisibilizados não é apenas um ato de justiça, mas uma estratégia formativa fundamental para a construção de uma sociedade plural e equitativa. Assim, pensar o currículo como campo de lutas e possibilidades é um passo necessário para promover uma escola mais crítica, participativa e socialmente comprometida com os direitos de todos.



REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. 11. ed. Brasília: UnB, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.